



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

DECRETO Nº 5.983, DE 05 DE AGOSTO DE 2004.

- Revogado pelo Decreto nº 7.825, de 12-03-2013, art. 6º.

Legenda :

Texto em Preto	Redação em vigor
Texto em Vermelho	Redações Revogadas

~~Institui o Sistema Integrado de Combate à Evasão Fiscal e dispõe sobre os procedimentos e as ações pertinentes aos órgãos envolvidos no combate à sonegação e no processo de execução fiscal.~~

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 25118110 e,~~

~~CONSIDERANDO o interesse público que direciona a Administração estadual a impulsionar a permanente integração dos diversos órgãos envolvidos na fiscalização e arrecadação de tributos e na execução fiscal;~~

~~CONSIDERANDO a necessidade de conferir maior celeridade e eficácia às ações ou procedimentos a serem desenvolvidos de forma conjunta e integrada pelos órgãos envolvidos no regular exercício de suas competências específicas com vistas ao aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento, controle e combate à sonegação fiscal;~~

~~CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de ampliar as ações conjuntas, direcionadas aos procedimentos que envolvem o processo de execução fiscal, com vistas à recuperação dos créditos tributários inscritos na dívida ativa;~~

~~D E C R E T A -~~

~~Art. 1º—Fica instituído o Sistema Integrado de Combate à Evasão Fiscal—SINFISCAL—, com o objetivo de implementar, de forma conjunta e integrada, ações no âmbito do Estado de Goiás, visando à agilização da execução fiscal e ao combate à evasão fiscal.~~

~~§ 1º—Integram o SINFISCAL a Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Segurança Pública e Justiça e a Procuradoria Geral do Estado e, por adesão, mediante termo de cooperação, o Poder Judiciário e o Ministério Público.~~

~~§ 2º—A Secretaria da Segurança Pública e Justiça integra o SINFISCAL, por intermédio da Delegacia Estadual de Repressão a Crimes contra a Ordem Tributária—DOT, e a Procuradoria Geral do Estado, por meio da Subprocuradoria Fiscal.~~
~~- Redação dada pelo Decreto nº 6.205, de 25-07-2005.~~

~~§ 2º—A Secretaria da Segurança Pública e Justiça integra o SINFISCAL, por intermédio da Delegacia Especializada de Crimes contra a Ordem Tributária, e a Procuradoria Geral do Estado, por meio da Subprocuradoria Fiscal.~~

~~Art. 2º—Para a consecução dos objetivos do SINFISCAL, referidos no art. 1º, deverão ser celebrados convênios pelas Secretarias da Fazenda, da Segurança Pública e Justiça e Procuradoria Geral do Estado com:~~

~~I—o Tribunal de Justiça, visando à instalação de Vara da Fazenda Pública Estadual com atribuição específica para promover a execução fiscal;~~

~~II—o Ministério Público Estadual, com vistas à implementação de ações conjuntas e integradas destinadas a combater a evasão fiscal e os crimes contra a Ordem Tributária.~~

~~Parágrafo único.—Para disciplinar as atividades específicas das ações integradas, poderão ser baixadas Instruções Normativas conjuntas pelos órgãos envolvidos.~~

~~Art. 3º—O apoio operacional ao SINFISCAL caberá à Secretaria da Fazenda que deverá disponibilizar espaço físico em suas dependências para instalação dos órgãos envolvidos, recursos humanos, financeiros e materiais e, no que couber, o acesso ao seu sistema informatizado de dados.~~
~~- Redação dada pelo Decreto nº 6.205, de 25-07-2005.~~

~~Art. 3º—O apoio operacional ao SINFISCAL caberá à Secretaria da Fazenda, que deverá disponibilizar espaço físico em suas dependências para instalação dos órgãos envolvidos, recursos humanos e materiais necessários e, no que couber, o acesso ao seu sistema informatizado de dados.~~

~~Art. 4º—Fica criado o Comitê Gestor do SINFISCAL, a que compete adotar as medidas necessárias à implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação periódica do Sistema, nas respectivas áreas de atuação.~~

~~§ 1º—O Comitê Gestor terá a seguinte composição:~~

~~I—o Superintendente de Gestão da Ação Fiscal;~~

- Redação dada pelo Decreto nº 6.205, de 25-07-2005.

~~I—1 (um) representante da Secretaria da Fazenda, indicado pelo titular da Pasta;~~

~~II—o Chefe da Subprocuradoria Fiscal;~~

~~III—o Delegado Titular da Delegacia Estadual de Repressão a Crimes contra a Ordem Tributária—DOT—~~

- Redação dada pelo Decreto nº 6.205, de 25-07-2005.

~~III—o Delegado Titular da Delegacia de Crimes contra Ordem Tributária;~~

~~IV—o titular da Promotoria Especializada de Crimes contra a Ordem Tributária;~~

- Revogado pelo Decreto nº 6.205, de 25-07-2005, art. 2º.

~~V—o titular da Vara de Execução Fiscal Estadual—~~

- Revogado pelo Decreto nº 6.205, de 25-07-2005, art. 2º.

~~§ 2º—O Comitê Gestor será coordenado pelo Superintendente de Gestão da Ação Fiscal e contará com o apoio de uma Secretaria Executiva—~~

- Redação dada pelo Decreto nº 6.205, de 25-07-2005.

~~§ 2º—O Comitê Gestor será coordenado pelo representante da Secretaria da Fazenda, a quem compete expedir os atos necessários à sua operacionalização—~~

~~§ 3º—São atribuições da Secretaria Executiva:~~

- Acrescido pelo Decreto nº 6.205, de 25-07-2005.

~~I—desenvolver os trabalhos administrativos necessários ao bom funcionamento do comitê;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 6.205, de 25-07-2005.

~~II—administrar os adiantamentos e fazer a prestação de contas;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 6.205, de 25-07-2005.

~~III—promover as gestões no sentido de agendar as reuniões;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 6.205, de 25-07-2005.

~~IV—encaminhar aos representantes dos órgãos integrantes do SINFISCAL:~~

- Acrescido pelo Decreto nº 6.205, de 25-07-2005.

~~a) os atos e as decisões do comitê;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 6.205, de 25-07-2005.

~~b) a pauta da reunião, convocada com antecedência mínima de 3 (três) dias, juntamente com a ata da sessão anterior a ser submetida à discussão e votação;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 6.205, de 25-07-2005.

~~IV—expedir convocação, por indicação dos membros do Comitê, para servidores do Poder Executivo participarem de reunião, em decorrência da pauta;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 6.205, de 25-07-2005.

~~V—executar as tarefas relacionadas à implementação das medidas e ações aprovadas pelo comitê—~~

- Acrescido pelo Decreto nº 6.205, de 25-07-2005.

~~§ 4º—O Superintendente de Gestão da Ação Fiscal será assistido pelo Gerente Executivo de Recuperação de Créditos nos assuntos referentes à execução fiscal—~~

- Acrescido pelo Decreto nº 6.205, de 25-07-2005.

~~§ 5º—Os representantes dos órgãos mencionados nos incisos I e II do art. 2º participam das discussões e deliberações das reuniões do comitê, conforme definido nos respectivos convênios—~~

- Acrescido pelo Decreto nº 6.205, de 25-07-2005.

~~Art. 5º—Fica revogado o Decreto nº 4.061, de 13 de setembro de 1993—~~

~~Art. 6º—Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo, porém, os seus efeitos a 5 de agosto de 2004—~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 05 de agosto de 2004, 116ª da República—~~

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

Ivan Soares de Gouvêa

Giuseppe Vecet

Jônathas Silva

(D.O. de 10-08-2004)

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 10-08-2004.

Autor	Governador do Estado de Goiás
Órgãos Relacionados	Ministério Público do Estado de Goiás - MPGO Poder Executivo Poder Judiciário Procuradoria-Geral do Estado - PGE Secretaria de Estado da Economia - ECONOMIA Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - TJGO